



de Brasília

Bumbo na educação

• Nem todas as invenções dos tecnocratas federais são perversas. Há exceções, ainda que poucas. Merecem, por isso, serem assinaladas, e foi o que fez o ministro Paulo Renato ao apresentar os resultados do Fundef no seu primeiro ano de funcionamento: mais dois bilhões para o ensino básico em 2.703 municípios, que atendem quase 11 milhões de alunos. Foram abertas 1,84 milhão de vagas, principalmente no Nordeste e no Norte.

O tecnocrata desviante foi Barjas Negri, hoje secretário-executivo do Ministério da Saúde, que aprendeu a lidar com a realidade do ensino básico como secretário de Educação de Piracicaba. Em São Paulo, o Governo estadual é responsável por 78% das vagas no ensino básico público. Há por lá municípios riquíssimos, como o de Paulínia, onde fica uma grande refinaria da Petrobras que tem creches exemplares e não tem uma única escola municipal de ensino básico.

Já no Nordeste a situação é inversa. Os municípios são responsáveis por 68% das matrículas e, como são pobres, pagavam às suas professoras menos de cem reais por mês.

A partir de exemplos como esses é que o Fundef foi pensado como um programa social que beneficia diretamente seu alvo, que são os alunos. Quanto mais alunos um estado ou município tiver matriculados no ensino básico, maior será a sua participação na receita. A distribuição é feita automaticamente pelo Banco do Brasil, segundo o resultado do censo escolar do ano anterior. O Tesouro não mete a mão no dinheiro, que, portanto, está livre da ganância dos sábios, que só pensam em arrumar maneiras de pagar mais juros aos investidores.

A Constituição determina que 25% da receita de estados e municípios sejam destinados ao ensino, ficando com as prefeituras a responsabilidade prioritária no ensino fundamental e na educação infantil. O Ministério da Educação, por sua vez, calculou em R\$ 315 o gasto mínimo anual por aluno, quantia que é também o salário mensal mínimo que deve receber uma professora.

Para atingir essas metas e tornar mais igualitárias as oportunidades de ensino no país inteiro, o Fundef foi constituído, por uma emenda constitucional, com 15% do ICMS e 15% do Fundo de Participação de Estados e Municípios, entrando o Governo Federal com a complementação necessária a se alcançar os R\$ 315 por aluno ao ano. Uma solução perfeita, do ponto de vista federal: incentiva a municipalização do ensino, estabelece oportunidades mais igualitárias, incentiva o treinamento de professoras e faz quase tudo isso com dinheiro alheio. No ano passado o Fundef movimentou R\$ 13,3 bilhões, mas o Governo federal só entrou com R\$ 524 milhões, ficando R\$ 8,6 bi-

lhões por conta dos estados e R\$ 4,2 bilhões por conta dos municípios.

O governador Anthony Garotinho entrou com uma ação contra o Governo federal, alegando que o Fundef tira dinheiro do Estado do Rio enquanto dá recursos aos governos de São Paulo e de Minas Gerais. O ministro Paulo Renato se recusa a falar em perdas. Alega que não sai um tostão do território dos estados: ao contrário, entra a complementação, quando necessária. O que há é uma transferência dos governos estaduais que não investiram em educação básica, como os do Nordeste e do Norte, para os municípios de seus próprios estados. No caso específico do Rio de Janeiro, diz que o Governo estadual teve, realmente, de transferir recursos. O acréscimo da receita educacional dos municípios da Baixada Fluminense foi de 138%. O município que mais se beneficiou foi São Gonçalo, cidade-dormitório que tem uma grande população em idade escolar e poucas receitas. Ganhou 897%.

A humanidade sendo o que é e os prefeitos geralmente ainda piores, começou a aparecer alunos fantasmas. Em consequência, o Ministério da Educação contratou com universidades auditorias em cinco estados e 380 municípios onde os números de matrículas não batiam com os da população em idade escolar e com os resultados do censo, cujo controle de qualidade é feito pela Fipe, de São Paulo. Resultado: foram cortadas 153 mil matrículas, com uma economia de R\$ 48 milhões.

Um dos efeitos do Fundef foi a valorização das profissionais do ensino e o incentivo à criação de planos de carreira. Na verdade, é provável que o programa tenha resultado na maior valorização da história do trabalho da mulher nas regiões mais pobres. No Nordeste o aumento médio do salário das professoras foi de 49,6%. No último ano houve uma redução de 26% de professoras com o Primeiro Grau incompleto e de 38% com formação de Segundo Grau sem curso de magistério. O número de novas vagas no professorado foi de 50 mil e criaram-se pelo menos 20 mil novos empregos administrativos.

O presidente Fernando Henrique pediu que seus ministros batessem bumbo, mostrando o que fazem. Alguns nem pandeiro podem bater. O bumbo de Paulo Renato ecoa longe.